

Economia - Brasil

Gastos derrubam saldo do governo em junho

Superávit primário das contas do Tesouro, BC e Previdência cai de R\$ 5,7 bi para R\$ 754 milhões

PRISCILLA MURPHY

BRASÍLIA - O superávit primário (receitas menos despesas, sem incluir gastos financeiros) do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) despencou para R\$ 754,7 milhões em junho, de uma média mensal de R\$ 5,7 bilhões no período de janeiro a maio. Foi o menor resultado do ano. O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, disse porém que a queda do superávit foi causada por uma aceleração dos gastos do governo federal, depois do aperto de cinto no primeiro semestre. Segundo ele, o governo já pôde iniciar, a partir do mês passado, um "miniimpulso fiscal", que terá reflexos positivos sobre a economia.

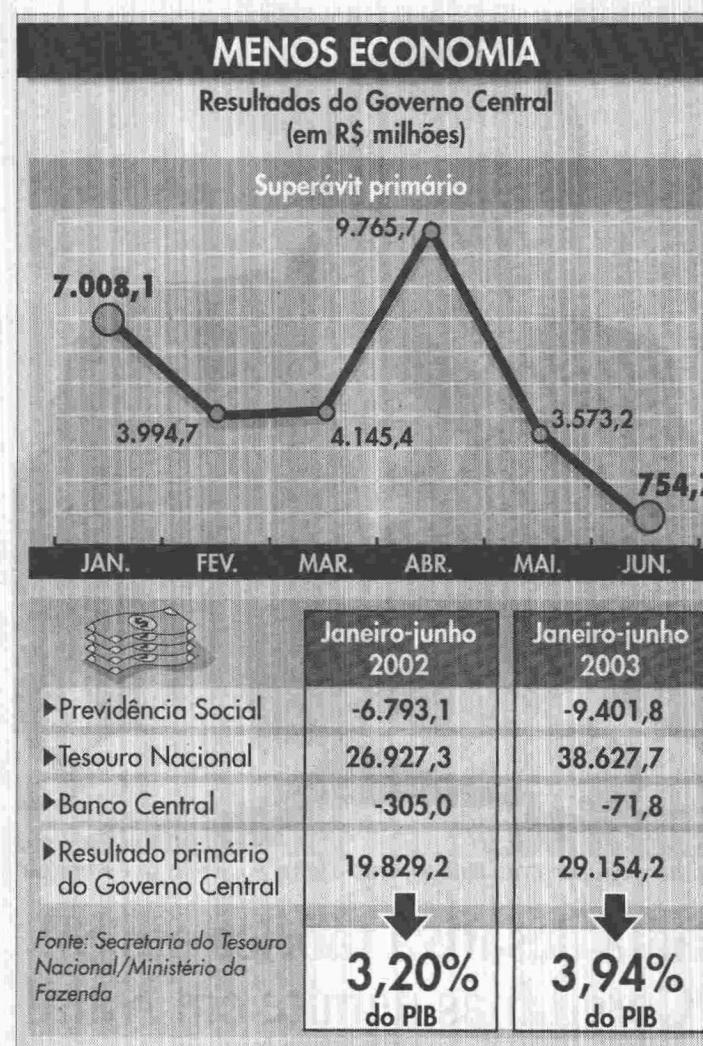
No acumulado do primeiro semestre, os resultados ainda são melhores do que os do ano passado, em período semelhante. O superávit primário do governo central ficou em R\$ 29,2 bilhões, ou 3,94% do Produto Interno Bruto (PIB), ante um saldo positivo de R\$ 19,8 bilhões, ou 3,20% do PIB no primeiro semestre de 2002. O saldo das contas do governo cen-

tral é um dos componentes do superávit primário do setor público, que faz parte das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse superávit será anunciado hoje pelo Banco Central.

Retomada - Levy disse que a redução do superávit em junho já estava prevista e é uma tendência natural, já verificada em outros anos. Segundo ele, conforme os ministérios estabelecem suas prioridades, eles passam a gastar uma parte maior das verbas liberadas no orçamento. "Em junho, houve um aumento de R\$ 500 milhões nos gastos discricionários (para R\$ 4,9 bilhões)." Ele informou que o nível de gastos dos ministérios não sociais aumentou de 65% em maio para 70% em junho, e o resultado disso começará a aparecer ainda este ano.

"Estamos nas melhores condições para retomar o crescimento." O Tesouro destacou, no relatório apresentado ontem, que o superávit do semestre foi obtido apesar de despesas extraordinárias, como o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e o Programa Especial de Saneamento de Ativos (uma renegociação de dívidas agrícolas). Em junho, as despesas do governo central ficaram em R\$ 20,1 bilhões, ante R\$ 19,1 bilhões em maio.

REDUÇÃO É TENDÊNCIA NATURAL, DIZ LEVY



No acumulado do ano, o governo central gastou R\$ 111,9 bilhões, ante R\$ 102,7 bilhões no mesmo período de 2002.

As receitas do governo central caíram de R\$ 29,6 bilhões em maio para R\$ 25,1 bilhões em junho. No semestre, a receita chegou a R\$ 173,2 bilhões, ante R\$ 150,7 bilhões no mesmo período do ano passado.

Entretanto, em relação ao tamanho da economia, a receita líquida (excluindo transferências a Estados e municípios), de R\$ 141,1 bilhões, caiu 0,72 ponto percentual, para 19% do PIB. Segundo o Tesouro, essa redução foi provocada pela queda de receitas consideradas atípicas e, também, pela queda da produção industrial, entre outros fatores.